



1370 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 20 - Sociologia da Educação

PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS RESTINGA DO IFRS: JUSTIÇA SOCIAL OU SELETIVIDADE ESCOLAR?
Igor Gheiman Sordi Zibenberg - PPGEDU/UFRGS
Agência e/ou Instituição Financiadora: IFRS

A legislação educacional brasileira da contemporaneidade busca garantir para seu público estudantil o acesso e a permanência na escola. No que se refere à interseção da escola básica obrigatória à educação profissionalizante, observa-se que os cursos de ensino médio integrado adicionalmente contam com um lastro normativo que se propõe a garantir justiça social. Contudo, a realidade da seletividade escolar segue desfigurando seu funcionamento a despeito dos documentos norteadores da política pública de educação profissional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por decorrência, este trabalho tem como objeto a compreensão da seletividade escolar no Campus Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul sob o mote do perfil dos estudantes. Mobilizando aportes teóricos de Pierre Bourdieu, serão analisados dados socioeconômicos que compõem o perfil dos estudantes do 4º ano dos cursos de ensino médio integrado do Campus Restinga. Os dados foram obtidos através do preenchimento de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. Por conseguinte, é possível demonstrar a interveniência do capital cultural institucionalizado no êxito estudantil.

PERFIL DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO CAMPUS RESTINGA DO IFRS: JUSTIÇA SOCIAL OU SELETIVIDADE ESCOLAR? [\[1\]](#)

Resumo

A legislação educacional brasileira da contemporaneidade busca garantir para seu público estudantil o acesso e a permanência na escola. No que se refere à interseção da escola básica obrigatória à educação profissionalizante, observa-se que os cursos de ensino médio integrado adicionalmente contam com um lastro normativo que se propõe a garantir justiça social. Contudo, a realidade da seletividade escolar segue desfigurando seu funcionamento a despeito dos documentos norteadores da política pública de educação profissional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por decorrência, este trabalho tem como objeto a compreensão da seletividade escolar no Campus Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul sob o mote do perfil dos estudantes. Mobilizando aportes teóricos de Pierre Bourdieu, serão analisados dados socioeconômicos que compõem o perfil dos estudantes do 4º ano dos cursos de ensino médio integrado do Campus Restinga. Os dados foram obtidos através do preenchimento de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. Por conseguinte, é possível demonstrar a interveniência do capital cultural institucionalizado no êxito estudantil.

Palavras-chaves: Ensino médio integrado. Êxito escolar. Capital cultural.

Introdução

O presente trabalho é resultado de pesquisa na qual busquei compreender a permanência e o êxito escolar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (EMI) no Campus Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Neste artigo apresentarei o perfil dos estudantes do último ano dos cursos de EMI do Campus Restinga para estabelecer uma relação com o desempenho estudantil e, por decorrência, demonstrar a permanência da seletividade escolar em um contexto emblemático de política pública pela qual se pretende efetivar equidade e justiça social (BRASIL, 2010).

O foco argumentativo mobiliza os pressupostos teóricos de Pierre Bourdieu, em especial no que se refere à conversão de vantagens sociais em vantagens escolares (BOURDIEU, 2012a) e na explicitação da relação entre o capital cultural familiar institucionalizado (BOURDIEU, 2012c) e a permanência e o êxito escolar.

O mote que impulsiona a análise comunga com pesquisas anteriores de grande relevância que demonstraram a interveniência do contexto social no desempenho escolar. Conforme Nogueira e Nogueira (2002, p. 16), pesquisas quantitativas do final dos anos 50 patrocinadas pelos governos inglês, americano e francês mostraram de forma clara, em resumo, o peso da origem social sobre os destinos escolares. Os mesmos autores destacam também que:

A idéia de Bourdieu é a de que, pelo acúmulo histórico de experiências de êxito e fracasso, os grupos sociais iriam construindo um conhecimento prático (não plenamente consciente) relativo ao que é possível ou não de ser alcançado pelos seus membros dentro da realidade social concreta na qual elas agem, e sobre as formas mais adequadas de fazê-lo. Dada a posição do grupo no espaço social e, portanto, de acordo com o volume e os tipos de capital (econômico, social, cultural e simbólico) possuídos por seus membros, certas estratégias de ação seriam mais seguras e rentáveis e outras seriam mais arriscadas. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 22).

Democratização do acesso à educação pública

É possível visualizar importantes avanços no que diz respeito à ampliação do direito ao acesso à educação básica brasileira concretizados por intermédio da legislação educacional da contemporaneidade. O texto inicial da Constituição Federal de 1988 apontava que somente o Ensino Fundamental era obrigatório. Entretanto, com a aprovação da Emenda Constitucional Nº 59 de 11 de novembro de 2009, o inciso primeiro do artigo 208 da Constituição Federal ampliou a educação básica obrigatória e gratuita para os agentes sociais entre quatro e dezessete anos de idade. A emenda indicou que o disposto no inciso mencionado deveria ser implementado progressivamente até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação (PNE). No mesmo sentido, a Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de maneira que a garantia da educação básica obrigatória fosse ampliada nos mesmos termos da Constituição Federal. O PNE vigente, publicado através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, tinha como meta de número 3 universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e aumentar até o final de sua vigência a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para oitenta e cinco por cento. Nesse sentido, conforme sintetizam Cury e Ferreira (2010, p. 134), "com a emenda 59 o Ensino Médio passa a ser obrigatório se o estudante tiver até dezessete anos de idade". De maneira pragmática, o ensino obrigatório deixa de ser o Ensino Fundamental para passar a abarcar uma faixa de idade estudantil, de modo que foi ampliado ao cidadão o lapso temporal do direito constitucional à educação.

Outro fato relevante na ampliação da educação pública brasileira diz respeito à expansão da educação profissional que tem como marco a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Os IFs foram estruturados a partir das instalações dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e das Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2010). Ou seja, a criação desse novo formato institucional se deu a partir de instituições existentes que foram transformadas em IFs.

Além da estruturação dos IFs a partir de escolas federais pré-existentes, a educação profissional passou por um processo de expansão iniciado em 2005 que objetivou "implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados desprovidos dessas instituições, e preferencialmente em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos" (BRASIL, 2010, p. 15). Importa mencionar também que o processo de transformação da educação profissional brasileira é desvelado nos objetivos dos IFs, elencados em sua lei de criação, dos quais salienta a intersecção que engloba a educação básica: os IFs devem ofertar no mínimo 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente através de cursos de EMI.

O Campus Restinga está localizado no bairro de mesmo nome, situado na zona sul de Porto Alegre/RS, distante aproximadamente 25 quilômetros do centro da cidade. Ele faz parte do IFRS, instituição que atualmente conta com doze campus instalados e outros cinco em processo de implantação. A participação dos moradores [2] foi imprescindível para a criação do campus. Durante o período da realização da pesquisa no ano de 2015, o Campus Restinga ofertava dois cursos de EMI: Curso Técnico em Eletrônica e Curso Técnico em Informática para Internet. Ambos os cursos têm suas matrizes curriculares organizadas em regime seriado anual. O ingresso é realizado anualmente e são ofertadas 32 vagas para cada curso, os quais têm duração de quatro anos mais o período de realização de estágio de 360 horas.

Contextualização socioeconômica dos estudantes

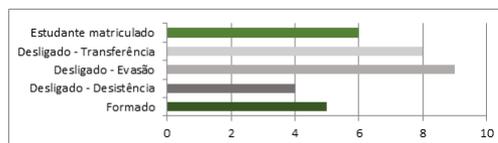
Quando foi realizada a pesquisa em outubro de 2015, haviam estudantes que ingressaram no ano de 2011 (primeiras turmas de ingresso nos cursos de EMI do Campus Restinga) e 2012. Em ambos os primeiros anos dos cursos de EMI, tanto em 2011 como em 2012, matricularam-se efetivamente 32 anos. Na ocasião da coleta dos dados, estavam matriculados no 4º ano 11 estudantes no curso de Eletrônica e 21 no curso de Informática para Internet.

O primeiro processo seletivo de ingresso dos cursos de EMI que ocorreu em 2011 consistiu em uma prova classificatória. Ao final do ano de 2014, ano previsto para integralização curricular das primeiras turmas, dos 32 estudantes ingressantes no curso de Eletrônica em 2011, apenas 05 concluíram o curso, enquanto que no curso de Informática para Internet, dos 32 estudantes ingressantes, apenas 07 concluíram no prazo previsto.

A partir dos registros escolares do campus, foi feito um levantamento da situação dos estudantes que ingressaram em 2011 e 2012. Cada estudante recebeu a seguinte classificação: "formado", para aqueles que integralizaram completamente o curso; "desligado-desistência", para aqueles estudantes maiores de idade que formalizaram sua desistência da vaga; "desligado-evasão[3]", para aqueles que não realizaram a matrícula por dois períodos letivos consecutivos; "desligado-transferência", para aqueles que formalizaram sua transferência para outra escola; e, finalmente, "estudante matriculado" para aqueles com vínculo regular com a instituição.

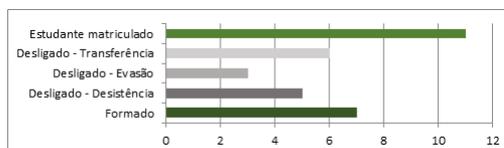
Segue abaixo a situação dos estudantes que ingressaram em 2011 e 2012 de ambos os cursos:

Gráfico 1 – Situação em 2015 dos estudantes de Eletrônica - Ingresso em 2011



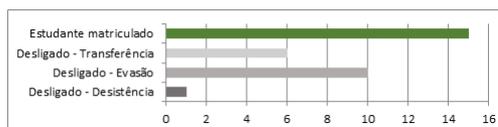
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da informação dos registros escolares.

Gráfico 2 – Situação em 2015 dos estudantes de Informática - Ingresso em 2011



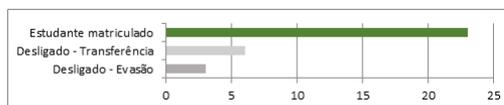
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da informação dos registros escolares.

Gráfico 3 – Situação em 2015 dos estudantes de Eletrônica - Ingresso em 2012



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da informação dos registros escolares.

Gráfico 4 – Situação em 2015 dos estudantes de Eletrônica - Ingresso em 2012



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da informação dos registros escolares.

Tomando como critério os diferentes tipos de desligamento, é possível perceber elevadas taxas de desligamento do campus evidenciadas especialmente em ambas as turmas que ingressaram em 2011 e na turma de Eletrônica que ingressou em 2012. Analisando as turmas que ingressaram em 2011, o percentual de desligamento é de 66% na turma de Eletrônica, enquanto que representa 44% na de Informática. O percentual de desligamento da turma de Eletrônica com ingresso em 2012 é de 53%. A tendência de desligamento parece alterar-se significativamente na turma de Informática que ingressou em 2012, a qual possui um percentual de saída correspondente a 28%. Cabe salientar que os dados de desligamento aqui demonstrados se referem a cursos de educação básica, os quais têm como pressuposto o direito ao acesso e permanência na escola.

Do total de 32 estudantes matriculados no 4º ano (11 estudantes no curso de Eletrônica e 21 no curso de Informática para Internet), 20 aceitaram participar da primeira etapa da pesquisa, sendo 08 da Eletrônica e 12 da Informática para Internet. Essa primeira etapa consistia em preencher um questionário eletrônico a fim de que as informações pudessem subsidiar a realização posterior de entrevistas semiestruturadas com os mesmos.

Com relação à distribuição dos estudantes por sexo, participaram em mesma quantidade: 10 homens e 10 mulheres. Onze estudantes tinham 18 anos de idade, quatro tinham 20 anos, três tinham 17 anos e dois tinham 19 anos quando foi realizado o preenchimento do questionário. A maioria deles encontra-se com a idade esperada para os estudantes no 4º ano, considerando que o EMI do campus possui quatro anos de duração, e que o estudante da educação básica teria entrado com 7 anos na primeira série do Ensino Fundamental (com duração de oito anos).

Há uma maior presença da população branca entre os participantes da pesquisa. Do total de 20 estudantes, somente um se considera negro e somente outros 5 se consideram pardos. Segundo os dados[4] da prefeitura de Porto Alegre/RS, o bairro Restinga, no ano de 2010, tinha 38,5% de seu contingente populacional identificado como negro (para o cálculo desse percentual são consideradas as pessoas autodeclaradas negras e pardas). Assim o percentual de adolescentes e jovens participantes dessa pesquisa[5] não corresponde à composição da população da Restinga demonstrando que implantação do Campus Restinga carece ainda de avanços como política pública voltada para segmentos sociais que historicamente foram colocados à margem da atuação do Estado.

Dos 20 participantes da pesquisa, dezesseis ingressaram em 2012, o que indica que os mesmos não enfrentaram uma situação de reprovação no EMI. A grande maioria dos estudantes que permaneceu com êxito na instituição atendeu às exigências em termos de desempenho desde seu primeiro ano de curso, o que pode indicar que esse grupo de alunos já dispunha de um capital cultural prévio que favoreceu sua permanência com êxito ou ainda que os mesmos apresentaram disposições e condições que permitiriam que se conformassem ao perfil esperado pela instituição. A seletividade escolar presente no Campus Restinga já ocorre previamente durante o ingresso através da realização de uma prova. A mesma seletividade segue durante o percurso escolar em que os estudantes estão matriculados nos cursos de EMI. Os que permanecem dão indícios de que suas disposições enquanto atores sociais os conduzirão a uma trajetória de sucesso no que diz respeito à educação formal.

Cabe problematizar que o processo de acesso ao campus já se dá de forma duplamente seletiva. Em primeiro lugar porque o ingresso ocorre mediante a realização de uma prova classificatória e eliminatória pela qual ingressam os candidatos que conseguem o melhor desempenho. Embora haja o sistema de reserva de vagas, são chamados os candidatos melhor classificados dentro de cada cota específica, assim a tónica da meritocracia perpassa o ingresso de todos os candidatos. Em segundo lugar porque a relação usual entre as famílias de periferia e o Estado, no que diz respeito ao acesso à educação pública, não ocorre no mesmo formato encontrado no Campus Restinga. O processo de ingresso em uma escola pública da Rede Municipal ou Estadual não se dá, na grande maioria dos casos, via realização de prova classificatória e eliminatória. Nesse sentido, a barreira social existente na apropriação deste novo formato de ingresso já acaba selecionando uma parte das pessoas que teriam interesse em estudar no campus. Entre os participantes, dezesseis estudantes são oriundos de escola pública enquanto que somente três estudantes são oriundos de escolas privadas, sendo que um contou com bolsa parcial para seu custeio.

Do total de participantes, somente quatro estudantes afirmam residir com familiares que possuem algum tipo de benefício social do governo (por exemplo Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, etc.) ou estão inscritos no CadÚnico. Esse dado demonstra que o cenário socioeconômico da maior parte dos estudantes é favorável a sua permanência na instituição, uma vez que a família pode provavelmente auxiliá-los no custeio de transporte, alimentação, vestuário e demais insumos necessários à frequência escolar. Cabe destacar também que dezoito estudantes moram em imóvel próprio com a família.

De todo o grupo participante, apenas dois estudantes manifestaram que ingressaram no campus com alguma solicitação de reserva de vaga no processo seletivo: um por ser oriundo de escola pública, por ter renda[6] familiar inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e ser autodeclarado preto, pardo ou indígena; outro por ser egresso de escola pública. Dois estudantes não se lembravam se haviam feito a solicitação. Assim dezesseis estudantes que participaram da pesquisa ingressaram no campus sem solicitar reserva de vaga, o que pode indicar que embora haja uma política pública nacional[7] voltada à justiça social mediante o acesso de parcelas sociais específicas da nossa sociedade, parece que as exigências institucionais têm se apresentado como barreiras significativas para a permanência e o êxito destes estudantes.

Considerando que nos processos seletivos dos anos de 2011 e 2012 a metade das vagas foi destinada para o ingresso via reserva de vagas, o quantitativo de estudantes cotistas que permaneceu com êxito é bastante pequeno (apenas dois estudantes) se comparado com aqueles que permaneceram com êxito e ingressaram por acesso universal (dezesseis estudantes). Ambos os estudantes que não lembram se solicitaram reserva de vagas, ingressaram no campus em 2012, são brancos e egressos de escola pública. Assim, mesmo que ambos tivessem solicitado a reserva de vaga por serem egressos de escola pública, o quantitativo permaneceria aquém da perspectiva de justiça social a que se propõe a política pública.

Os dados coletados mostram também que o capital econômico familiar dos estudantes não é elevado: apenas 04 alunos têm uma renda familiar *per capita* acima de um salário mínimo e meio. Este indicador serve como referência, por exemplo, para a concessão mensal de auxílio estudantil pelo campus. Assim, a grande maioria dos estudantes que permaneceu até o 4º ano não possui condição financeira abundante.

Para Bourdieu (2007, p. 238), "não há distinção propriamente escolar que não possa ser relacionada a um conjunto de diferenças sociais sistematicamente associadas". Portanto, além de reconhecer as condições objetivas que circunscrevem o capital econômico familiar dos estudantes, é necessário compreender as disposições sociais presentes no contexto familiar dos mesmos, em especial no que se refere à educação formal, a fim de que seja possível estabelecer uma relação entre este conjunto de disposições e o êxito escolar estudantil.

Seletividade escolar e capital cultural

Bourdieu (2012a, p. 52) aponta "que as vantagens ou desvantagens sociais são convertidas progressivamente em vantagens e desvantagens escolares". Por conseguinte, o intuito no contexto aqui analisado é demonstrar a relação entre a posse do capital cultural e a seletividade escolar operada no seio de uma instituição que se propõe a efetivar *lato sensu* justiça social. Bourdieu explicita a relação entre o sistema escolar e o capital cultural, a qual também foi nitidamente evidenciada no contexto do EMI do Campus Restinga:

ele [o sistema escolar] mantém a ordem preexistente, isto é, a separação entre os alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores de capital cultural herdado daqueles que não o possuem. (BOURDIEU, 2013, p. 37).

Do total dos 20 estudantes que participaram da primeira fase da pesquisa preenchendo o formulário, 09 aceitaram serem entrevistados. Dos que concederam entrevista, 07 manifestaram a importância da família em seu processo de permanência. As entrevistas indicam que para além de uma questão de sobrevivência durante o período de estudos - através do custeio de transporte, alimentação e demais despesas as quais têm um caráter de imprescindibilidade - a referência social da família tem uma grande relevância.

A questão central que aqui é mobilizada diz respeito às relações do patrimônio social do estudante e de sua família com seu respectivo desempenho escolar. As disposições sociais transmitidas pelos integrantes de uma família e o decorrente processo de reprodução do capital cultural familiar ocupam destaque na relação do estudante com a educação formal. Para Bourdieu (2013, p. 35-36),

as famílias são corpos (*corporate bodies*) animados por uma espécie de *conatus*, no sentido de Spinoza, isto é, uma tendência a perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios, que é a base das *estratégias de reprodução*, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas. Elas investem tanto mais na educação escolar (no tempo de transmissão, no apoio de qualquer tipo e, em certos casos, com dinheiro, [...]) quanto maior for o peso relativo de seu capital cultural em relação ao seu capital econômico, e, também, quanto menos eficazes foram as outras estratégias de reprodução (particularmente, as estratégias de herança que visam à transmissão direta de capital econômico).

Destaco que, no Campus Restinga, entre as estratégias familiares referentes à educação formal, o capital cultural e o capital social são as heranças de maior proeminência disponíveis para transmissão no que se refere à permanência e ao êxito dos estudantes. Ambos parecem ter influenciado significativamente o desempenho dos estudantes. Conforme Bourdieu (2013, p. 177), "apesar de todas as forças de fissão que se exercem sobre ela, a família permanece um dos lugares de acumulação, de conservação e de reprodução de diferentes tipos de capital". A socialização primária, ocorrida essencialmente no seio familiar, e o capital social a ela atrelado parecem ser muitos rentáveis do ponto de vista escolar. Segundo Bourdieu:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados

de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2012b, p. 67).

Neste sentido, o seio familiar do estudante pode apresentar-se como favorável se dotado de elementos rentáveis - do ponto de vista escolar - e disponíveis para mobilização do mesmo. Do contrário, a ausência de tais elementos pode se mostrar não só como uma barreira do ponto de vista de ausência de disposições rentáveis, mas como uma plataforma de desembarque que o lembrará constantemente das incongruências entre o ambiente escolar e a origem escolar de sua família.

A acumulação do capital social está vinculada ao processo de relações interpessoais vividas pelos agentes sociais:

O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. (BOURDIEU, 2012b, p. 67).

Ou seja, o patrimônio social do estudante depende dos investimentos econômicos e culturais dos agentes sociais com os quais ele mantém uma relação. Embora esse processo de transmissão esteja sujeito a uma rede de socialização extremamente complexa, cabe destacar que Bourdieu explicita a relevância dessas trocas sociais nas configurações às quais pertencem os agentes sociais, especialmente através da formação do *habitus* pelo convívio e compartilhamento de paradigmas, impressões, escolhas, gostos e valores.

Embora haja a interveniência do capital econômico do estudante em seu desempenho escolar, uma das grandes contribuições de Bourdieu para a Sociologia da Educação está na proposição de encarar não somente o patrimônio econômico familiar e sua relação com o desempenho escolar, mas também a presença e a interveniência do capital cultural nos processos de aprendizagem dos estudantes. Para ele, os filhos são capazes de herdar um capital cultural que pode ser extremamente rentável do ponto de vista escolar.

Segundo o autor,

cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob os dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito. (BOURDIEU, 2012a, p. 41-42).

Com sua teoria, Bourdieu se opõe a perspectivas teóricas antecedentes as quais depositavam sobre o estudante e sua respectiva "prontidão mental" para aprender toda a responsabilidade por seu desempenho escolar.

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o "sucesso escolar", ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar com efeito das "aptidões" naturais quanto à teoria do "capital humano". (BOURDIEU, 2012c, p. 73)

Assim, Bourdieu avança na compreensão de que o desempenho escolar dos estudantes não é o resultado isolado de sua capacidade individual em responder às demandas de ensino encontradas na escola. Ele também se opõe a uma perspectiva de culpabilização do estudante, segundo a qual, através de uma suposta racionalidade, o mesmo poderia ascender socialmente agregando um maior valor a sua força de trabalho mediante a qualificação através da educação.

Para ele, o capital cultural pode se apresentar em três formas:

no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; *no estado objetivado*, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, *no estado institucionalizado*, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação *ao certificado escolar*, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 2012c, p. 74)

Com relação ao capital cultural institucionalizado, a presença de um certificado escolar demonstraria uma competência cultural juridicamente garantida, sendo possível estabelecer uma conversão entre capital cultural e capital econômico (BOURDIEU, 2012c). Como a maior parte dos estudantes entrevistados mencionou a importância da família em seu processo de permanência no curso, assumo que o capital cultural institucionalizado pelos títulos escolares dos familiares não se constitui como "letra morta", mas, ao contrário, apresenta uma relação de transmissão e incorporação no contexto familiar.

A Tabela 1 mostra a situação de educação formal dos familiares que residem com os estudantes. Os dados apontam que apenas os estudantes "L", "O", "R" e "T" não possuem familiares com no mínimo o Ensino Médio completo. Dentre esses quatro, os estudantes "O" e "R" possuem, respectivamente, irmão e irmã que estão cursando atualmente o Ensino Médio, embora seus responsáveis não tenham tido acesso a essa etapa de ensino. Já os estudantes "L" e "T" têm pelo menos um responsável com o Ensino Fundamental completo. Todos os demais dezesseis estudantes possuem algum familiar com no mínimo o Ensino Médio completo.

Há um caso de estudante que tem um familiar com curso de Mestrado concluído: a mãe do estudante "G" concluiu o curso de pós-graduação *stricto sensu* em Educação. Há dois casos de estudantes com familiares com nível de pós-graduação *lato sensu*: a mãe do estudante "D" possui pós-graduação em Psicopedagogia e o irmão do estudante "J" está cursando atualmente uma pós-graduação. Há quatro casos de estudantes que possuem familiares com Ensino Superior concluído: a mãe do estudante "B"; a mãe do estudante "F" a qual cursou Engenharia Mecânica; o pai do estudante "G" que possui graduação em Ciências Sociais; e, finalmente, a mãe do estudante "M" que possui graduação em Administração. Há 05 casos de familiares com Ensino Superior incompleto ou em andamento: o irmão do estudante "I"; o irmão do estudante "M" que está cursando Arquitetura; a irmã da estudante "N" a qual está cursando Engenharia Civil; o pai e a mãe do estudante "S".

Tabela 1 – Escolaridade dos familiares que residem com os estudantes.

Estudante	Escolaridade dos familiares
A	Avó: curso Técnico em Enfermagem.
B	Pai: Ensino Médio completo; mãe: Ensino Superior completo
C	Pai: Ensino Fundamental incompleto; mãe: Ensino Médio completo. Mãe: pós-graduação em Psicopedagogia; padrasto: Ensino Médio completo; irmão (13 anos): cursando o Ensino Fundamental; irmã (12 anos), cursando o Ensino Fundamental.
D	Mãe: Ensino Médio completo.
E	Mãe: Ensino Médio completo.
F	Mãe: Engenharia Mecânica; pai: não informado.

G	Mãe: Mestrado em Educação; pai: Graduação em Ciências Sociais.
H	Mãe: Ensino Médio completo; pai: Ensino Médio completo.
I	Irmão (20 anos): Ensino Superior incompleto; mãe: Ensino Médio incompleto; pai: Ensino Médio incompleto.
J	Irmão (27 anos): cursando pós-graduação; mãe: curso Técnico em Enfermagem.
K	Mãe: Ensino Médio completo; mãe: Ensino Médio completo; Irmão (16 anos): cursando o Ensino Médio.
L	Pai: Ensino Fundamental completo; mãe: Ensino Fundamental incompleto.
M	Mãe: graduação em Administração; irmão (20 anos): estudante de Arquitetura.
N	Mãe: Ensino Médio completo; irmã (22 anos): cursando Engenharia Civil; Pai, Ensino Fundamental incompleto.
O	Pai: Ensino Fundamental incompleto; mãe: Ensino Fundamental completo; irmão (16 anos) cursando o Ensino Médio.
P	Irmão (9 anos): cursando o Ensino Fundamental; mãe: Ensino Médio completo; pai: Ensino Médio incompleto.
Q	Mãe: Ensino Médio completo; avó: Ensino Fundamental incompleto; tio: Ensino Fundamental incompleto.
R	Mãe: Ensino Fundamental incompleto; pai: Ensino Fundamental completo; irmã (7 anos) cursando o Ensino Fundamental; irmã (16 anos): cursando Ensino Médio.
S	Pai: Ensino Superior incompleto; mãe: Ensino Superior incompleto; irmão (11 anos) cursando o Ensino Fundamental.
T	Mãe: Ensino Fundamental completo; pai: Ensino Fundamental incompleto.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar o contexto francês, Bourdieu afirma que “[...] as categorias utilizadas no tocante ao nível de instrução permitem uma comparação mais direta sendo que todas evidenciam a existência de uma relação extremamente sólida entre as diversas práticas [culturais] ‘legítimas’ e o nível de instrução” (BOURDIEU, 2007, p. 299). O acesso aos bens culturais “legítimos” e notadamente reconhecidos pela escola tem, segundo Bourdieu, passagem pela interveniência dos títulos escolares. Por decorrência, é possível inferir que o nível educacional dos familiares faça diferença na permanência dos estudantes[8]. A Tabela 1 elucida que o contexto familiar dos estudantes que permaneceram na instituição até o último ano do curso se apresenta como bastante favorável. Os estudantes possuem referências dentro de seu núcleo familiar que colocam a passagem pelo Ensino Médio como uma etapa viável e obrigatória ao mesmo tempo. Para Bourdieu e Passeron (2012), a origem social indica o destino escolar, tanto no que se refere ao encadeamento das escolhas profissionais quanto as oportunidades de êxito ou de eliminação. Além do suporte financeiro, a família lembra (consciente ou inconscientemente) aos estudantes que o EMI é próprio para eles e que os estudantes não deverão medir esforços para concluí-lo. Nogueira e Nogueira (2009) afirmam que para Bourdieu, o capital cultural constitui o fator de herança familiar que mais poderia impactar na definição do destino escolar. As disposições sociais existentes dentro do núcleo familiar podem auxiliar na formação de uma percepção do estudante que o sustente na conclusão do curso, mesmo a despeito de não querer prosseguir na área profissional, especialmente por encontrar em sua família um funcionamento incorporado de sucesso escolar.

Em suma, o capital social e o capital cultural que o estudante do Campus Restinga traz de seu contexto familiar são traduzidos em comportamentos e tomadas de decisões diárias que guardam uma relação estreita com a permanência e com o êxito. A constituição de disposições sociais rentáveis do ponto de vista escolar está vinculada ao processo de socialização experimentado sistematicamente no contexto familiar.

Considerações finais

Embora haja avanços explícitos contemporâneos no que diz respeito à ampliação do direito à educação básica e à implementação de uma política pública que carregue como diretriz a justiça social - em uma rede federal de instituições que contam com elevados investimentos e servidores com condições de trabalho bastante favoráveis - a tônica da seletividade escolar segue presente ditando a exclusão social. Essa exclusão permanece sendo afinada pelo diapasão da distribuição desigual do capital cultural na sociedade brasileira. Para além de um cunho fatal e determinista, o patrimônio cultural descrito por Bourdieu segue sendo rentável do ponto de vista escolar.

Apesar de reconhecer que Bourdieu estudou um contexto espaço-temporalmente distinto do aqui analisado, seus pressupostos permanecem funcionando como horizonte para a discussão da relação entre origem social e êxito escolar, haja visto a preponderância do perfil daqueles estudantes que permaneceram até o último ano nos cursos de EMI do Campus Restinga: a maioria tem um núcleo familiar com histórico de êxito na educação formal; é branco; possui 18 anos de idade (não tem defasagem idade-série); reside em imóvel próprio com a família; não recebe benefício social do governo; ingressou no processo seletivo através do acesso universal (sem reserva de vaga); não mora com familiares analfabetos; não enfrentou reprovações em sua trajetória escolar; veio de escola pública; e é morador da Restinga. O contexto aqui analisado retrata a recorrência da seletividade escolar - perene historicamente no cenário brasileiro - de modo que, o EMI do Campus Restinga é um “caso particular do possível”, onde em uma realidade empírica historicamente situada, ou em outras palavras, na variante observada, é possível apanhar o invariante, a estrutura (BOURDIEU, 2013, p. 15), que no caso em tela segue cruelmente intacta a despeito do cenário legislativo educacional e dos investimentos conferidos pelas políticas públicas.

Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2012a. p. 39 – 64.
- _____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2012b. p. 65 – 70
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2012c. p. 71 – 80.
- _____. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2013.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes**, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 19 dez. 2017
- CURY, Carlos Roberto Jamil; FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento? **Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 124-145, jan./dez. 2010. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/729/741>>. Acesso em 19 dez. 2017.
- IFRS. **Projeto Pedagógico Institucional**. 2011. Disponível em: <http://arquivo.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educação e Pesquisa**. vol.41, São Paulo dez. 2015.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201508141651>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Patrimônio de disposições. Para uma sociologia em escala individual. In: VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília (Orgs.) **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 7:

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

[1] A elaboração do presente artigo contou com o apoio do IFRS.

[2] Maiores informações podem ser obtidas no sítio do Campus Restinga. Disponível em <<http://www.restinga.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=41>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

[3] Conforme o Art. 120 da Organização Didática do IFRS, o estudante é considerado evadido quando não tiver renovado a matrícula por dois períodos letivos consecutivos. Disponível em: <<http://ifrs.edu.br/ensino/documentos/organizacao-didatica/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

[4] Dados publicados na Revista do Observatório da Cidade de Porto Alegre elaborada pela Secretaria Municipal de Governança Local da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/revista_observando_negro_revista_digital.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

[5] Quinze estudantes participantes da pesquisa residem na Restinga e os cinco demais moram em bairros próximos.

[6] A previsão desta modalidade de reserva de vaga não foi encontrada nos processos seletivo de 2011 e 2012, nesse sentido, provavelmente o estudante adicionou equivocadamente o critério da renda, o qual não estava previsto no período analisado.

[7] Atualmente a Lei Nº 12.711/2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Entretanto o ingresso de estudantes no EMI do Campus Restinga em 2011 e 2012 já contava com o sistema de reserva de vagas.

[8] É preciso reconhecer, no entanto, que para uma apreciação conclusiva a esse respeito seria preciso empreender uma sociologia em escala individual conforme propõe Bernard Lahire, a fim de que seja possível falar de patrimônio de disposições sociais (LAHIRE, 2015; 2017), o que extrapola os limites propostos no artigo aqui apresentado mas se configura em fértil perspectiva para próximas investigações em curso.